

Diálogos entre Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez: escravidão, racismo e trabalho doméstico no Brasil

Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez são duas pensadoras e militantes que refletiram sobre as desigualdades sociais no Brasil e reivindicaram a importância de falarmos a partir do lugar social onde estamos situadas. As duas discutem como a maior parte do conhecimento divulgado sobre a população pobre, negra e as mulheres do nosso país não foi escrita por esses grupos sociais e que isso tem impacto na forma como entendemos a história do Brasil. Lenira Carvalho traz uma contribuição muito importante para entendermos as condições de trabalho e a classe trabalhadora no país. Sua reflexão parte da prática, de sua experiência e da experiência coletiva de um conjunto de trabalhadoras domésticas. Essa perspectiva de dar visibilidade à própria experiência amplia o debate sobre o mundo do trabalho, porque situa as experiências vividas pela classe trabalhadora no processo histórico de um país marcado pela escravidão e pelo racismo.

Lenira Carvalho começou a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos de idade e dedicou sua vida à luta pela conquista dos direitos de sua categoria. Na sua trajetória, percebeu que a vivência da identidade das domésticas como trabalhadoras, assim como da classe trabalhadora em geral, passa por dois movimentos que se complementam: a conquista e concretização dos direitos trabalhistas e o reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras. Isto é, são a garantia dos direitos e a valorização da pessoa e de seu trabalho que permitem que se saia da condição degradante da experiência da escravidão e se construa a identidade de trabalhadora, de classe trabalhadora. Sem a realização da cidadania não é possível sair de situações análogas às da escravidão.

O lugar ocupado pelo trabalho doméstico nos dá elementos para pensar sobre as dimensões de gênero, raça e classe da forma como a nossa sociedade está organizada. Lenira Carvalho faz uma comparação interessante entre a promulgação da Constituição de 1988, que é quando o trabalho doméstico passa a ser reconhecido como categoria profissional, e a assinatura da Lei Áurea, que data de 1888. Nos dois momentos, direitos foram conquistados no papel, mas isso não deu fim à profunda discriminação que

existe na sociedade. Para ela, é possível estabelecer uma relação entre a persistência da falta de reconhecimento do valor social do trabalho doméstico e o racismo na nossa sociedade. A população negra, mesmo depois de tantos anos do fim da escravidão e da conquista de leis contra a discriminação racial, continua enfrentando a cultura do desprezo. De forma semelhante, as trabalhadoras domésticas, apesar da conquista de direitos, continuam enfrentando o estigma e a desvalorização do seu trabalho, pois a sociedade não reconhece o valor das atividades que realizam.

Segundo dados do IBGE (Pnad-c, 2022), o trabalho doméstico é a categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras de baixa renda e com baixa escolaridade. Em 2022, o trabalho doméstico era a ocupação de 5,8 milhões de pessoas no Brasil. Deste grupo, 92% eram mulheres e 61,5%, mulheres negras. Como aponta Lélia Gonzalez, em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, a grande presença de mulheres negras neste tipo de ocupação está relacionada ao lugar ocupado pelas mucamas no período colonial, ou seja, as escravizadas negras, prestadoras de serviços domésticos, de cuidado e comumente exploradas sexualmente pelos seus senhores. Apesar de uma série de mudanças na nossa sociedade, muitos preconceitos que as trabalhadoras domésticas vivem hoje estão associados às violências e explorações que as mulheres negras viviam naquele período.

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu sem nenhuma política de reparação ou integração da população negra ao mercado de trabalho. Em razão dos preconceitos enfrentados e da falta de acesso a direitos e à escolarização, essa população enfrentou profundas dificuldades de se integrar na nova ordem de trabalho que se estabelecia. O trabalho doméstico, por ser desvalorizado e sem visibilidade, por ser um trabalho realizado pelas mucamas durante a escravidão colonial, passou a ser um dos poucos trabalhos que as mulheres negras conseguiam acessar. Lélia Gonzalez fala sobre como as mulheres negras passaram, em muitas situações, a sustentar toda a família a partir do trabalho como domésticas, uma vez que os

homens negros muitas vezes não conseguiam lugar no mercado de trabalho.

Os desafios apontados por Lenira Carvalho em relação à conquista de direitos e ao reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras, assim como as associações feitas por Lélia Gonzalez em relação aos papéis da mucama e da mãe preta do período colonial e o papel da trabalhadora doméstica contemporânea, revelam elos entre o mundo do trabalho atual e a escravidão. As análises desenvolvidas por essas pensadoras também apontam questões sobre como o racismo e o sexismo presentes na sociedade contribuem para a construção das condições nas quais o trabalho doméstico remunerado é exercido.

Lélia Gonzalez propõe que os lugares que as mulheres negras ocupam na nossa sociedade podem ser associados a três figuras, que podem ser vivenciadas inclusive pela mesma pessoa a depender do lugar e do momento de suas vidas.

- A “mulata”, a mulher negra bonita e sensual, disponível para prestar serviços sexuais à elite branca e aos estrangeiros.
- A “doméstica”, a mulher negra forte e trabalhadora, o “burro de carga”, que cuida de toda casa, trabalha sem parar e está sempre disponível para o serviço.
- A “mãe preta”, aquela que cuida carinhosamente das filhas da elite. No período escravocrata, era a ama de leite, quem cuidava, ensinava e educava. Para Lélia, a mãe preta, já que era quem criava, era a verdadeira mãe, enquanto a branca era a outra.

Lenira Carvalho compartilha algumas situações que ainda são vividas pelas trabalhadoras domésticas e que têm relação com a situação vivenciada pela população escravizada no período colonial:

- O preconceito que as trabalhadoras domésticas sofrem como se fossem amantes do patrão e como se estivessem disponíveis para prestar serviços sexuais aos empregadores.
- A crença de que oferecer comida, roupa, presentes e casa (no caso das trabalhadoras que moram com os patrões) é o suficiente como pagamento por seus serviços.
- O costume de que a trabalhadora tenha que pedir (como se fosse um favor) aquilo que deveria ser assegurado pela Lei (seus direitos), como a garantia do horário de saída do trabalho ou as férias.
- A naturalização de que os patrões são donos do tempo das trabalhadoras domésticas,

estabelecendo não apenas seus horários de início e final do trabalho, mas também os horários de alimentação e descanso, de acordo com a vida e as necessidades dos patrões.

Alguns paralelos podem ser estabelecidos entre o pensamento destas duas autoras. Por exemplo, a forma como a figura da mãe preta está inserida no imaginário brasileiro, tão presente nas memórias da elite branca do país, nos ajuda a compreender um debate muito importante para Lenira Carvalho, que diz respeito a uma das especificidades do trabalho doméstico: a questão do afeto. Lenira chama a atenção para como a mentalidade de que a trabalhadora doméstica é da família, potencializada pelo afeto que as trabalhadoras nutrem pelas famílias para as quais trabalham (sobretudo pelas crianças), cria uma falsa sensação de pertencimento. Essa falsa sensação, para ela, é um grande desafio para que as empregadas domésticas entendam e defendam sua identidade de trabalhadoras. Por outro lado, a construção de um imaginário de sensualidade em torno da mulata guarda relações com a exploração sexual vivida pelas mulheres negras no período da escravidão. A mulata é a doméstica sexualizada e explorada sexualmente, aquela que, segundo Lenira Carvalho em *Digo às companheiras que aqui estão* (2022), é vista socialmente como amante do patrão. Por sua vez, a falta de delimitação das jornadas de trabalho dessa categoria se relaciona à ideia de que as mulheres negras são incansáveis e estão sempre disponíveis para o trabalho.

Para Lélia Gonzalez, a maneira como a exploração se reinventa e as relações que a nossa sociedade tem com a escravidão são ocultadas pelo que ficou conhecido como “mito da democracia racial no Brasil”. Esse mito, para além de negar que existe racismo no Brasil, naturaliza os lugares sociais de pessoas pretas, pobres e também das mulheres. O que é fruto da nossa formação histórica passa a ser entendido como o lugar natural de certos grupos sociais. As pessoas pobres e negras são naturalmente moradoras de senzalas, favelas, cortiços, ocupações ou moradias precárias. As mulheres são naturalmente responsáveis pelos serviços domésticos, de cuidados e menos importantes. E as mulheres negras, destinadas quase exclusivamente aos serviços da cozinha, da faxina, dos serviços gerais ou prestadoras de serviços sexuais. Desvendar esse mito passa por desnaturalizar esses lugares para que se possa combater os mecanismos que perpetuam as desigualdades que existem no nosso país.

Mito da Democracia Racial Brasileira

É a ideia de que no Brasil não existe racismo, porque somos uma sociedade miscigenada onde as pessoas supostamente convivem em harmonia. As bases desse pensamento estão relacionadas à obra de Gilberto Freyre, que escreveu em 1933 o livro *Casa Grande & Senzala*. Ao afirmar que o Brasil é fruto da mistura harmoniosa entre indígenas, negros e brancos, Freyre rompeu com a visão dominante da época de que a população branca europeia era superior às populações negras e indígenas e de que a miscigenação (mistura entre raças) enfraquecia e degenerava a espécie humana. Na contramão dessas perspectivas, ele considerava a miscigenação um processo positivo e que era essa mistura o que definia o povo brasileiro. A sua obra teve grande influência na formação da nossa identidade nacional e para a cristalização da ideia de que no Brasil não existe racismo. Para ele, uma das provas da convivência harmônica entre esses três grupos é justamente o fato da nossa sociedade ser miscigenada. Sua visão sobre a miscigenação na sociedade brasileira era romantizada, diminuía a violência praticada contra as populações negra e indígena e naturalizava a violência sexual praticada contra mulheres negras e indígenas no período colonial. Pesquisas posteriores se dedicaram a desconstruir esse mito, evidenciando como as identidades raciais afetam profundamente a vida das pessoas e que a ideia de que no Brasil se vive em harmonia é apenas mais um instrumento de perpetuação do racismo no país.

